



INVENTÁRIO

I da SECÇÃO PROVIMENTO DA SAÚDE

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:

Câmara Municipal de Lisboa
Pelouro de Cultura
Direção Municipal de Cultura
Departamento de Património Cultural
Divisão de Arquivo Municipal

DIREÇÃO:

Helena Neves

COORDENAÇÃO:

Rui Paixão

REVISÃO E EDIÇÃO:

Rui Paixão

TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO:

Sandra Cunha Pires

DESIGN GRÁFICO:

Marília Afonso Maranhão

VERSÃO:

1.0

DATA:

2022



INVENTÁRIO

da SECÇÃO
PROVIMENTO DA SAÚDE

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	6
INVENTÁRIO DE SÉRIES	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
SECÇÃO PROVIMENTO DA SAÚDE	8
Quadro de Classificação Documental	
SC PS – Provimento da Saúde	9
SR 001 – Atas da Comissão de Saneamento da Capital	12
SR 002 – Assentamentos dos cabeças da Saúde	14
SR 003 – Correspondência sobre a saúde pública	16
SR 004 – Correspondência do Conselho da Saúde Pública do Reino	18
SR 005 – Correspondência das Secretarias de Estado	20
SR 006 – Correspondência da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste	22
SR 007 – Correspondência da Comissão de Saneamento da Capital	25
SR 008 – Correspondência da Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino	27
SR 009 – Correspondência das províncias do Reino	29
SR 010 – Correspondência da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino	31
SR 011 – Correspondência dos hospitais da cidade	34
SR 012 – Decretos, consultas, alvarás e ordens	36
SR 013 – Receita e despesa da Casa da Saúde	38
SR 014 – Receita e despesa da Casa do Mártir São Sebastião	40
SR 015 – Despesa da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste	42
SR 016 – Registo de feridos de peste	45
SR 017 – Participações de cônsules estrangeiros	47
SR 018 – Termos de entradas de navios	49
SR 019 – Livros cópia	52

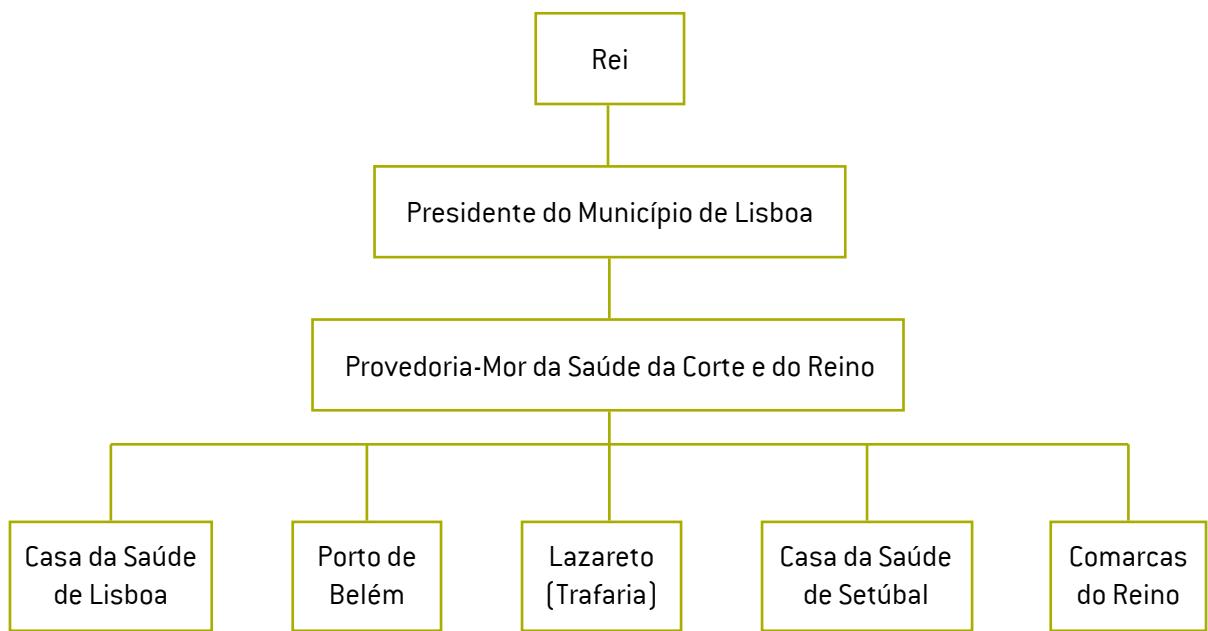
NOTA INTRODUTÓRIA

O Arquivo Municipal de Lisboa tem como missão recolher, guardar, tratar, preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade, bem como promover a gestão integrada da informação produzida pela Câmara Municipal de Lisboa. Tratando-se do arquivo da cidade capital de Portugal, constitui um dos maiores e mais antigos arquivos do país, sendo detentor de um vasto acervo documental, desde o século XIII até à actualidade, composto por fundos e coleções de proveniência diversa, contando com documentação de natureza gráfica e textual, cartográfica e arquitetónica, fotográfica e videográfica, de grande importância para o estudo da cidade e do país. Seguindo uma estratégia orientada para a divulgação e comunicação do seu vasto acervo, o Arquivo Municipal de Lisboa considerou essencial desenvolver e disponibilizar instrumentos de descrição documental adequados, para pesquisa e acesso à informação, adotando uma metodologia que obedece às normas internacionais de descrição de documentação de arquivo, designadamente, a ISAD (G). Nesse sentido, no seguimento da elaboração do guia de fundos, sucede-se o desenvolvimento de instrumentos complementares, nomeadamente, os inventários e os catálogos, com a descrição arquivística detalhada dos respetivos fundos documentais.

INVENTÁRIO DE SÉRIES

O presente inventário refere-se à secção Provimento da Saúde, relativa ao fundo Câmara Municipal de Lisboa, e compreende os registos descritivos normalizados deste conjunto documental até ao nível das séries, tendo como objetivo divulgar as fontes existentes no Arquivo Municipal de Lisboa sobre as diversas instituições e temáticas relacionadas com a saúde pública, cuja consulta por parte dos investigadores, talvez por desconhecimento, tem sido negligenciada. A documentação abrange um período muito alargado, desde o século XV até finais do século XIX, especificamente de 1459 a 1880. Tal âmbito cronológico explica-se: por um lado, pela existência de um provedor da saúde na cidade de Lisboa, anterior à data da criação da Provedoria da Saúde (12 de dezembro de 1572), e pelas amplas competências que lhe foram sendo atribuídas, não se limitando à Corte, mas englobando os reinos de Portugal e do Algarve; e, por outro lado, embora a Câmara de Lisboa tenha perdido funções com as reformas liberais, manteve algumas responsabilidades locais, nomeadamente, na Comissão de Saneamento da Capital (1880). Como órgão centralizador das matérias relativas à saúde pública, a documentação da Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino é muito abrangente – para além da capital e seu termo, refere-se, também, a todas as comarcas dos reinos portugueses e, outrossim, às mais variadas instituições que, de alguma forma, interviessem na saúde pública. É a riqueza deste enquadramento institucional que se torna imperativo destacar pela diversidade documental, como é possível constatar no presente inventário. A extensão da composição desta estrutura institucional é visível no organograma abaixo apresentado que, embora tenha sofrido ligeiras alterações, no geral, manteve a mesma disposição desde o século XVI até ao início do século XIX.

Organograma da Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMLSB = Arquivo Municipal de Lisboa

CMLSBAH = Câmara Municipal de Lisboa

F = fundo

ISAD (G) = Norma geral internacional de descrição arquivística

m.l. = metro(s) linear(es)

PS = Provimento da Saúde

PT = Portugal

SC = secção

SR = série

SECÇÃO PROVIMENTO DA SAÚDE

> Quadro de Classificação Documental

A estrutura abaixo representa o quadro de classificação documental da secção (SC) Provimento da Saúde, organizado em séries (SR), de acordo com critérios funcionais, orgânicos, temáticos e tipológicos

SC PS – Provimento da Saúde

- SR 001 – Atas da Comissão de Saneamento da Capital
- SR 002 – Assentamentos dos cabeças da Saúde
- SR 003 – Correspondência sobre a saúde pública
- SR 004 – Correspondência do Conselho da Saúde Pública do Reino
- SR 005 – Correspondência das Secretarias de Estado
- SR 006 – Correspondência da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste
- SR 007 – Correspondência da Comissão de Saneamento da Capital
- SR 008 – Correspondência da Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino
- SR 009 – Correspondência das províncias do Reino
- SR 010 – Correspondência da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino
- SR 011 – Correspondência dos hospitais da cidade
- SR 012 – Decretos, consultas, alvarás e ordens
- SR 013 – Receita e despesa da Casa da Saúde
- SR 014 – Receita e despesa da Casa do Mártir São Sebastião
- SR 015 – Despesa da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste
- SR 016 – Registo de feridos de peste
- SR 017 – Participações de cônsules estrangeiros
- SR 018 – Termos de entradas de navios
- SR 019 – Livros cópia

SC PS – PROVIMENTO DA SAÚDE



PT/AMLSB/CMLSB/PS/009/08/008
[Resposta do corregedor de Coimbra ao inquérito sobre saúde pública]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS

> Título

Provimento da Saúde

> Data(s)

1459-1880

> Nível de descrição

Seção

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 caixa, 18 pastas, 30 livros (4 m.l.)

Support: Paper (common); Pergamino

> História administrativa/biográfica

Desde finais do século XV, o rei delegava uma série de competências à Câmara Municipal de Lisboa nas matérias relacionadas com a saúde pública. Em 27 de setembro de 1526 foi criada a figura de provedor-mor da Saúde da Corte e do Reino, a quem competia tratar das questões sanitárias, nomeadamente, a prevenção e combate das epidemias, desde: medidas sanitárias, fiscalização dos portos, abastecimento de alimentos, vigilância da cidade, quarentenas. A partir de 29 de janeiro de 1580, a jurisdição do provedor-mor da Saúde foi alargada e, depois de 4 de agosto de 1688, passou também a incorporar os domínios ultramarinos. Ao longo dos séculos foram sendo criadas diversas instituições de saúde pública, na maioria dos casos, sob alçada da Provedoria-Mor da Saúde, cujo provedor era o vereador do pelouro da Saúde da Câmara Municipal de Lisboa.

> História custodial e arquivística

A documentação manteve-se na posse da Câmara Municipal de Lisboa, como instituição detentora das competências na área da saúde, até ao seu ingresso no Arquivo Municipal de Lisboa.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Incorporação; Transferência

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1459 e 1880, respeitante à saúde pública na cidade de Lisboa e em todas as comarcas do Reino, incluindo o Reino do Algarve, essencialmente composta por correspondência expedida e recebida entre a Provedoria-Mor da Saúde, a Casa da Saúde de Lisboa, a Junta de Inspeção da Saúde, a Comissão de Saneamento da Capital, o Lazareto da Trafaria, a Casa do Mártir São Sebastião e vários hospitais. Contém também documentação produzida por instituições não diretamente relacionadas com a saúde pública, mas cujo conteúdo lhe respeita, tais como: Secretarias de Estado, Ministérios, Tribunais, Intendência Geral da Polícia, Hospital Geral da Cidade do Porto, Real Contrato do Tabaco, Polícia Marítima, Polícia do Porto de Lisboa, Junta da Fazenda do Arsenal do Real Exército e Igreja do Coração de Jesus, entre outras. A documentação, por vezes também designada por correspondência, apresenta diversas tipologias, nomeadamente: correspondência expedida e recebida, posturas, regimentos, decretos, ordens, avisos, informações, requisições, atestados, certidões, consultas e registos de contabilidade, questões de funcionamento das instituições e atividades dos profissionais de saúde, surtos epidémicos e seu desenvolvimento, bem como as medidas de prevenção de doenças, quarentenas e limpeza da cidade.

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de uma secção fechada. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Temática; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português; Castelhano; Francês; Inglês; Italiano; Latim

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Instrumentos de descrição

Inventário

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Arquivo Distrital de Setúbal: Casa da Saúde

Internet: <https://digitarq.adstb.arquivos.pt/>

Título: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Junta de Saúde Pública

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222586>

> Fontes e bibliografia

CABRAL, Dilma – Provedor-mor / Provedoria-Mor da Saúde da Corte e Reino do Estado do Brasil. In *MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira* [Em linha]. Disponível em WWW: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/210-provedor-mor-provedoria-mor-de-saude-da-corte-e-estado-do-brasil>

HESPANHA, António Manuel – *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1984.

> Notas

Secção com tratamento arquivístico concluído.

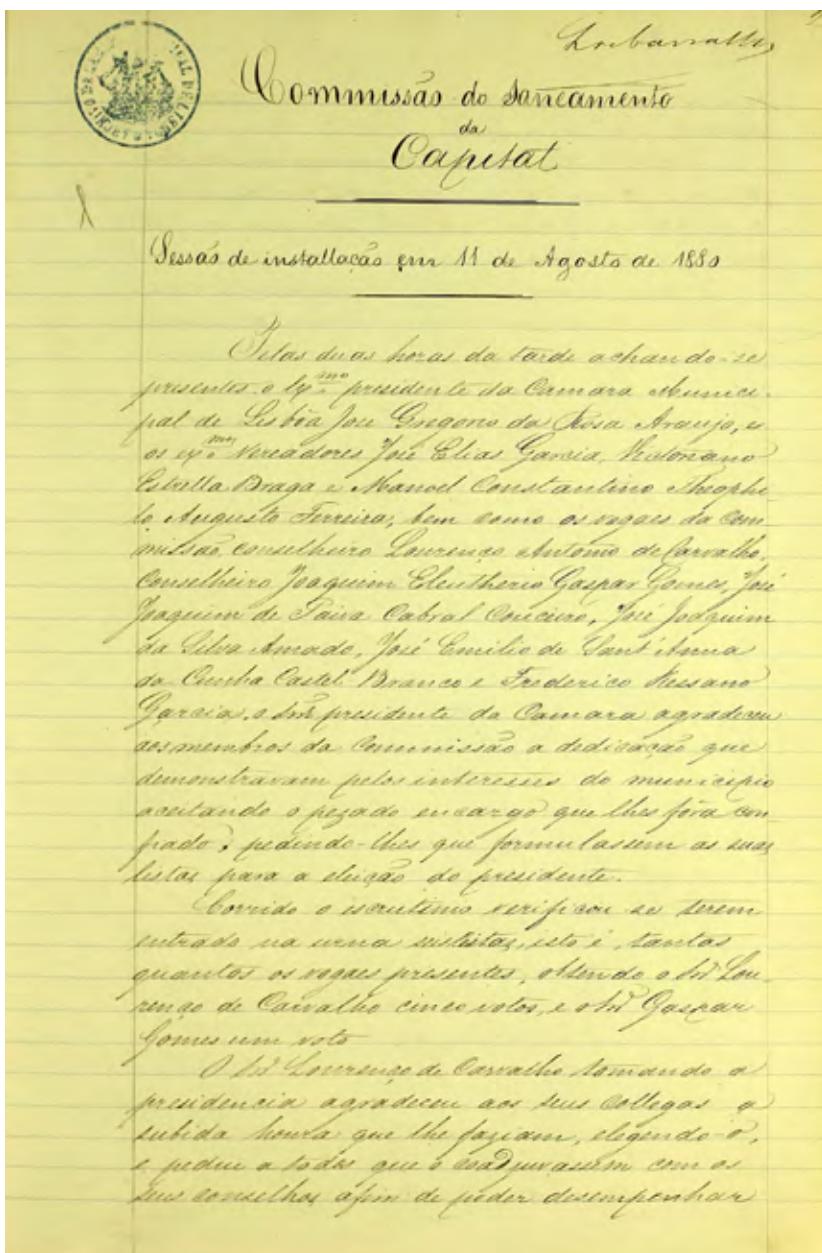
> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

SR 001 – ATAS DA COMISSÃO DE SANEAMENTO DA CAPITAL



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/001/01/001
[Ata da sessão de instalação da Comissão de Saneamento da Capital]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/001

> Título

Atas da Comissão de Saneamento da Capital

> Data(s)

1880

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros

Suporte: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Comissão de Saneamento da Capital. 1880

> História administrativa/biográfica

A Comissão de Saneamento da Capital foi instituída pela Câmara Municipal de Lisboa, em sessão de 4 de agosto de 1880, com o objetivo de criar um sistema de esgotos para a cidade. Entrou em funções em 11 de agosto de 1880, data da eleição dos seus membros: o presidente, o vice-presidente e os 1.º e 2.º secretários, respetivamente, Lourenço António de Carvalho, Joaquim Eleutherio Gaspar Gomes, Frederico Ressano Garcia, José Emílio de Santana da Cunha Castel Branco. Compunham ainda a Comissão os seguintes vogais: João Ignácio Ferreira Lapa, José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro, Manuel Bento de Sousa, José Joaquim da Silva Amado e Agostinho Vicente Lourenço. A Comissão terá cessado funções na sessão de 29 de novembro de 1880.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida em 1880, composta pelas atas das sessões da Comissão de Saneamento da Capital, realizadas entre os dias 11 de agosto de 1880 (reunião da instalação da Comissão) e 25 de outubro de 1880, nas quais se discutiu o sistema de esgotos mais apropriado para a cidade de Lisboa. No final do 2.º livro é referida a continuação da ata num 3.º livro, cuja localização é desconhecida.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

Documentação publicada, conforme referência bibliográfica indicada no campo “Fontes e bibliografia”.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/007

Título: Correspondência da Comissão de Saneamento da Capital

> Fontes e bibliografia

Esgotos de Lisboa: parecer e actas da comissão nomeada pela Câmara de Lisboa em 4 de Agosto de 1880. Lisboa: Typographia Universal, 1881.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 002 – ASSENTAMENTOS DOS CABEÇAS DA SAÚDE

39

*Index das
Engrenagens da Cidade.*

39

Nossa Senhora da Ajuda	pt.1
São Pedro em Alcântara	pt.2
Santos	pt.3
Nossa Senhora da Soledade	pt.4
Santa Isabel	pt.5
São Mamede	pt.6
Nossa Senhora das Mercês	pt.7
Santa Catherina	pt.8
Nossa Senhora da Encarnação	pt.9
Nossa Senhora das Mortes	pt.10
Santíssimo Sacramento	pt.11
São Paulo	pt.12
São Julião	pt.13
Conceição Nova	pt.14
Santa Maria Magdalena	pt.15
São	pt.16
São Martinho	pt.17
São Tiago	pt.18
São Tomé e Salvador	pt.19
São João da Praça	pt.20
São Miguel de Alcântara	pt.21
Santo Estêvão de Alcântara	pt.22
Santa Cipriacia	pt.23
São Bartolomeu	pt.24
São Vicente e Santa Marinha	pt.25
Santo André	pt.26
Santa Cruz do Castelo	pt.27
São Christovão e São Lourenço	pt.28
São Nicolau	pt.29
Santa Justa	pt.30
São José	pt.31
Coroas de Jesus	pt.32
São Sebastião da Patrícia	pt.33

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/002/01/039
[Índice do livro de assentamentos dos cabeças da Saúde]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/002

> Título

Assentamentos dos cabeças da Saúde

> Data(s)

1756-1808

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro

Suporte: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1756 e 1808, composta por um livro contendo o assento dos proprietários do ofício de cabeças da Saúde de várias freguesias da cidade de Lisboa, indicando o nome, o seu ofício e a respetiva morada. Tendo como funções a vigilância em matérias de saúde pública e a gestão dos cemitérios, os cabeças da Saúde tinham de se apresentar diariamente na Provedoria-Mor da Saúde para prestar informações sobre: o número de doentes, tipos de doenças, encerramento de casas, certidões dos defuntos, abertura de covas, entre outros dados, relativos à respetiva freguesia.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Geográfica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

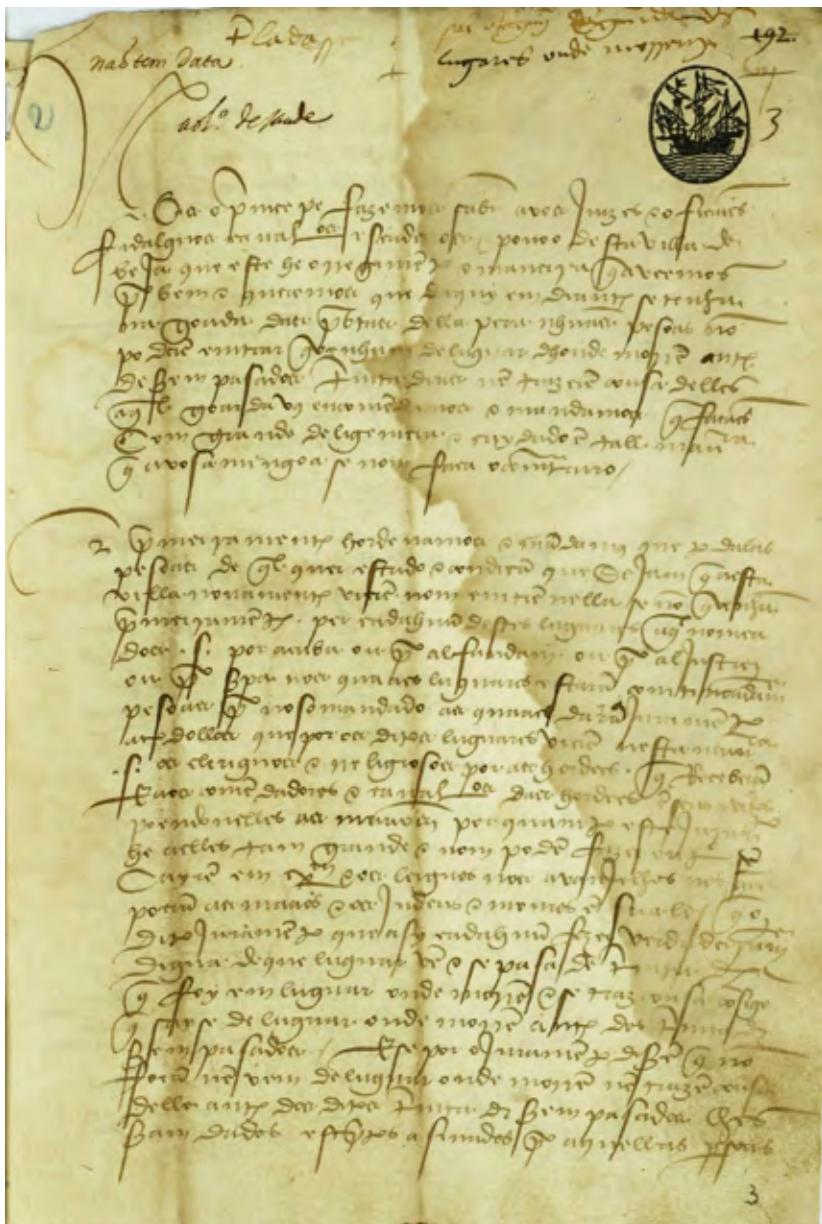
> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 003 – CORRESPONDÊNCIA SOBRE A SAÚDE PÚBLICA



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/003/01/0002

[O príncipe D. João elabora regimento a fim de evitar a propagação da peste]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/003

> Título

Correspondência sobre a saúde pública

> Data(s)

1459-1831

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 5 livros

Suporte: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1459 e 1831, no âmbito da saúde pública da Corte e do Reino, estabelecendo regimentos e legislação apropriados para o controlo de doenças, com a criação de instituições específicas para esse fim, como: hospitais, albergues, cemitérios, e os seus respetivos oficiais. Contém registos de regimentos, alvarás, ordens, portarias e posturas da Casa da Saúde, nomeadamente sobre: oficiais da Saúde, receitas das condenações, peste, embarcações que atracavam no porto de Belém; bem como registo de avisos, petições e vistorias.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica; Temática

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/019

Título: Livros cópia

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 004 – CORRESPONDÊNCIA DO CONSELHO DA SAÚDE PÚBLICA DO REINO

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/004/01/0042 [Informação sobre o juramento da Constituição de 1822 pelos oficiais da Saúde]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/004

> Título

Correspondência do Conselho da Saúde Pública do Reino

> Data(s)

1713-1864

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 2 pastas

Suporte: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Conselho de Saúde Pública do Reino. 1837

> História administrativa/biográfica

O Conselho de Saúde Pública do Reino foi instituído por decreto de 3 de janeiro de 1837, com força de lei, referendado por Passos Manuel. Composto por doze vogais: três médicos, dois cirurgiões, dois farmacêuticos, um delegado do Administrador Geral do distrito de Lisboa, um delegado da Câmara Municipal de Lisboa (escolhido entre os vereadores), um oficial da 1.ª Divisão Militar, um oficial da Marinha (nomeado pelo major general da Armada) e um delegado do diretor geral da Alfândega. Ao Conselho de Saúde Pública do Reino, como instituição central, foram atribuídas todas as competências relativas à saúde pública, tendo criado o Juízo da Saúde de Lisboa. Foi extinto, ainda, em 1837.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1713 e 1864, de âmbito muito diverso, contendo informações sobre: militares doentes, venda de géneros, listas para guardas nacionais, fiscalização sanitária, limpeza das ruas, matadouros, incêndios, conta corrente e festividades de São Sebastião, juramento da Constituição de 1822 pelos oficiais da Saúde, prostituição, chafariz da Fonte Santa, entre outros assuntos. Contém requerimentos de várias proveniências, bem como as respetivas informações e pareceres sobre: isenção do cargo de jurado, regulamento para as fábricas insalubres, autos, relatórios, entre outros. A documentação inclui referências a diversas entidades, como: Exército, Casa do Ver-o-Peso, Casa de São Sebastião, Hospital de São Lázaro, Asilo do Convento dos Capuchos, Junta de Paróquia de Odivelas, Companhia Lisbonense de Iluminação, Paróquia de Santo Antão do Tojal, Cemitério do Alto da Ajuda, Cemitério do Alto de São João, Cemitério do Alto dos Prazeres, Forte de São Paulo, Guarda Municipal e Polícia Sanitária.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica; Temática

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

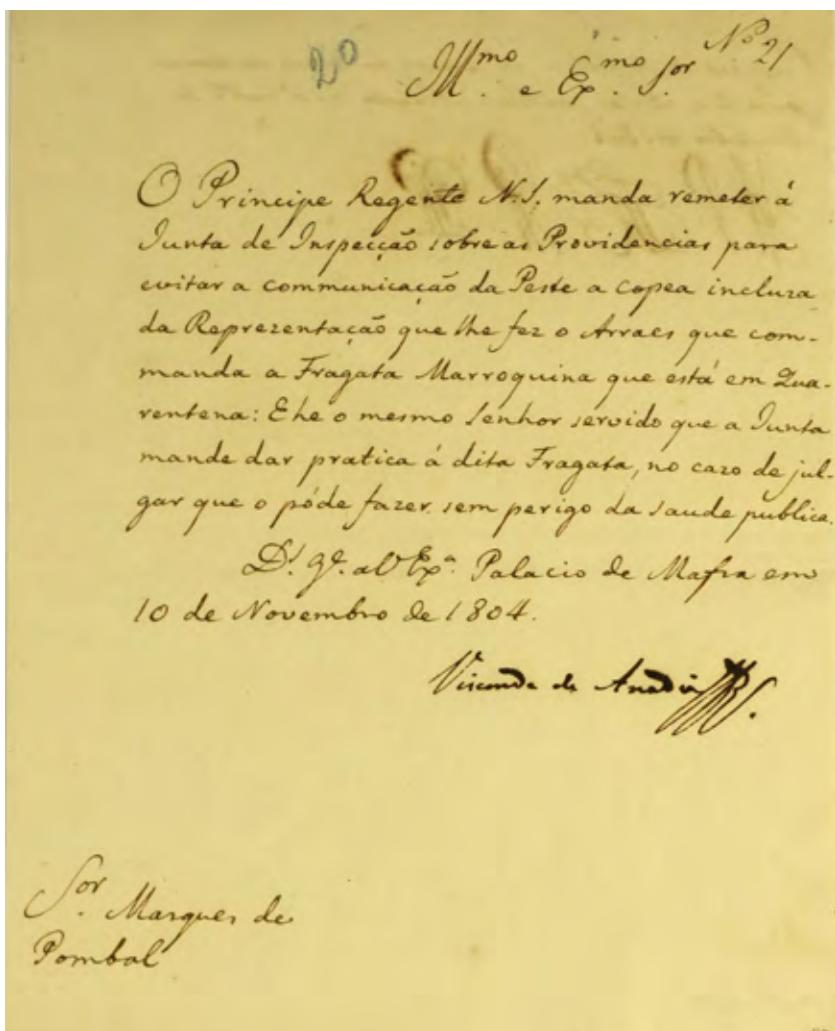
> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 005 – CORRESPONDÊNCIA DAS SECRETARIAS DE ESTADO



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/005/02/020
[Aviso a solicitar parecer sobre uma fragata marroquina]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/005

> Título

Correspondência das Secretarias de Estado

> Data(s)

1762-1810

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro, 2 pastas

Suporte: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1762 e 1810, composta por correspondência enviada à Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino, proveniente das Secretarias de Estado. Os avisos salientam, sobretudo, epidemias verificadas em diversos países e cidades estrangeiras. Contém documentação relacionada com várias comarcas do Reino e de diversas instituições, como: lazaretos portugueses, Junta de Inspeção da Saúde, Hospital Geral da Cidade do Porto, Real Contrato do Tabaco, Policia Marítima, Policia do Porto de Lisboa, Junta da Fazenda do Arsenal do Real Exército e Igreja do Coração de Jesus.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica; Temática; Tipológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português; Castelhano; Francês; Inglês

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

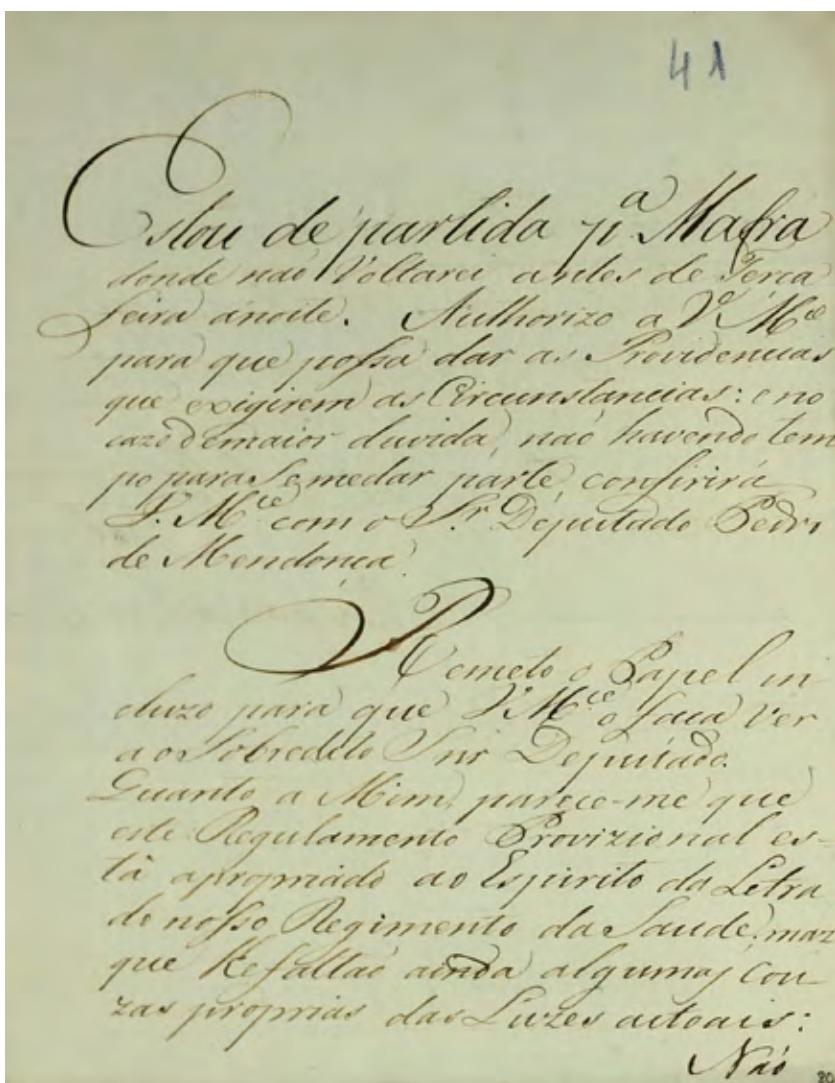
> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 006 – CORRESPONDÊNCIA DA JUNTA DE INSPEÇÃO DE PROVIDÊNCIAS CONTRA A PESTE



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/006/003/0035
 [Aviso sobre as providências tomadas pela saúde]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/006

> Título

Correspondência da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste

> Data(s)

1804-1807

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros, 2 pastas

Suporte: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste. 1804-[1807]

> História administrativa/biográfica

A Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste foi criada por Decreto de D. João VI, de 21 de outubro de 1804, para tomar providências a fim de evitar a propagação da peste que grassava em Espanha e que já havia afetado algumas províncias portuguesas. O mesmo diploma estabelecia que a referida instituição se juntasse na Casa do Despacho do Senado da Câmara de Lisboa, às 3h da tarde. Para que as medidas preventivas fossem executadas com brevidade, o príncipe regente conferiu-lhe amplos poderes, autorizando-a a obrigar os generais e magistrados de todas as províncias a executarem as ordens por ela emanadas. Todas as Secretarias de Estado e Repartições ficaram também sujeitas a transmitir as informações relacionadas com o possível contágio. Para deputados da Junta de Inspeção foram nomeados, pelo mesmo decreto: o Marquês de Pombal (do Conselho de Estado) e Presidente do Senado da Câmara; o Marquês Regedor (do Conselho de Estado); o general de Infantaria Marquês de Sabugosa (do Conselho de Estado e do da Guerra); Pedro de Mendonça e Moura (do Conselho de Estado, do Almirantado e Vice-Almirante da Armada Real); Diogo Inácio de Pina Manique (do Conselho de Estado, Desembargador do Paço e Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino). A nomeação do secretário e demais oficiais ficou a cargo da referida Junta, que poderia escolher os que julgasse mais capazes, de qualquer Tribunal ou Repartição.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1804 e 1807, de âmbito diverso, contendo, maioritariamente, registos de saída de documentos remetidos pela Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste a: desembargadores, corregedores, guardas-mores, provedores-mores e juízes de fora de diversas comarcas do Reino; generais de várias províncias; governadores de Armas do Reino do Algarve e das províncias do Minho, da Cidade e do Partido do Porto, de Trás-os-Montes e da Beira; comissários da Junta da Província do Alentejo e do Reino do Algarve; sargento-mor e comissário da Praça de Sesimbra; governador e capitão-general da Ilha da Madeira; governador do Castelo da Vila da Póvoa de Varzim; comandante do Destacamento de Cascais; ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; inspetor do Lazareto da Trafaria; vice-cônsul britânico. Inclui também documentação sobre a quarentena de embarcações das mais variadas proveniências.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica; Temática; Tipológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/015

Título: Despesa da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

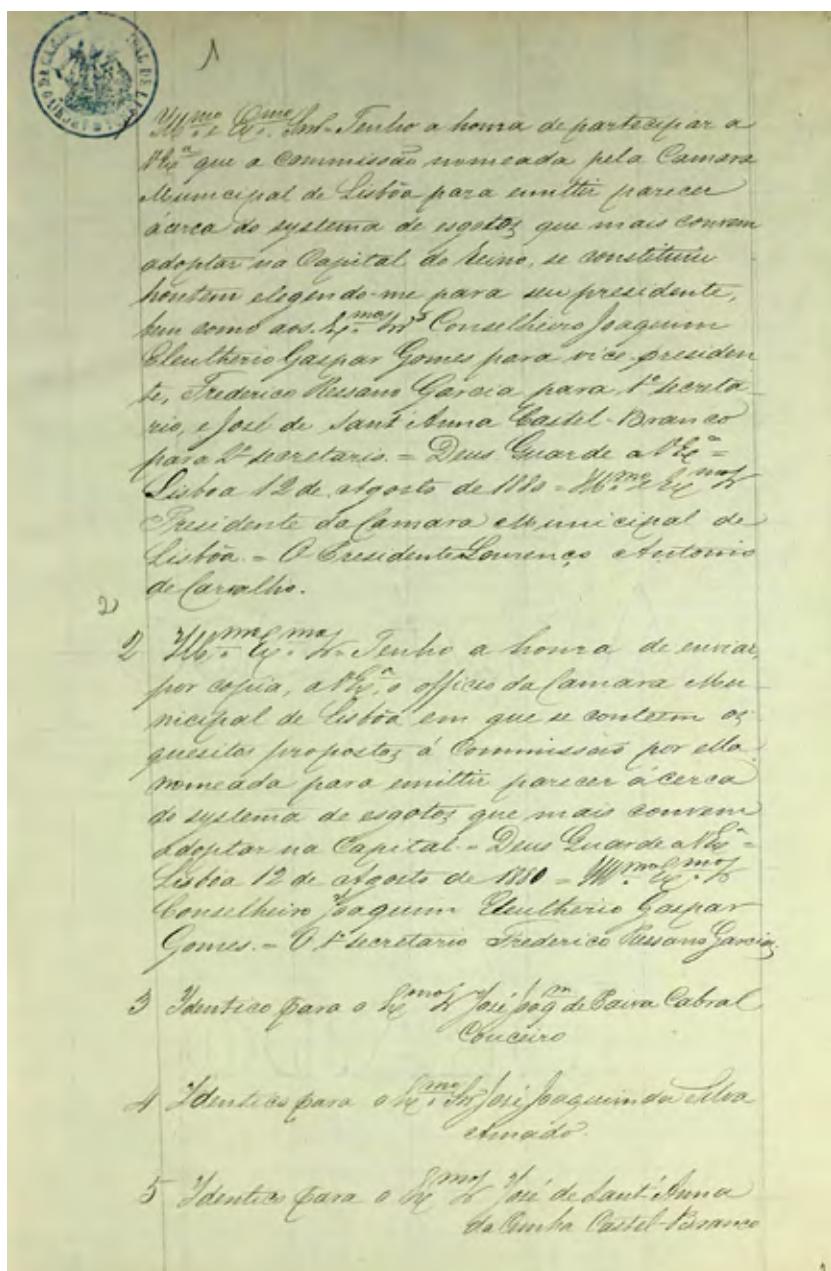
Título: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Junta de Saúde Pública

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222586>

> **Notas**

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 007 – CORRESPONDÊNCIA DA COMISSÃO DE SANEAMENTO DA CAPITAL



PT/AMLSB/CMLSB/PS/007/01/001
[Registo de um ofício sobre a eleição de uma comissão]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSB/PS/007

> Título

Correspondência da Comissão de Saneamento da Capital

> Data(s)

1880

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro

Suporte: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Comissão de Saneamento da Capital. 1880

> História administrativa/biográfica

A Comissão de Saneamento da Capital foi instituída pela Câmara Municipal de Lisboa, em sessão de 4 de agosto de 1880, com o objetivo de criar um sistema de esgotos para a cidade. Entrou em funções em 11 de agosto de 1880, data da eleição dos seus membros: o presidente, o vice-presidente e os 1.º e 2.º secretários, respetivamente, Lourenço António de Carvalho, Joaquim Eleutherio Gaspar Gomes, Frederico Ressano Garcia, José Emílio de Santana da Cunha Castel Branco. Compunham ainda a Comissão os seguintes vogais: João Ignácio Ferreira Lapa, José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro, Manuel Bento de Sousa, José Joaquim da Silva Amado e Agostinho Vicente Lourenço. A Comissão terá cessado funções na sessão de 29 de novembro de 1880.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida em 1880, composta por um livro de registo de ofícios, na sua maioria relativos a convocatórias para as sessões da Comissão, dos seus membros. Contém, outrossim, registos sobre a receção de documentos, nomeadamente, memórias descriptivas, e de informações a alguns membros da Comissão, acerca das condições exigidas pela Câmara para a elaboração do sistema de esgotos.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

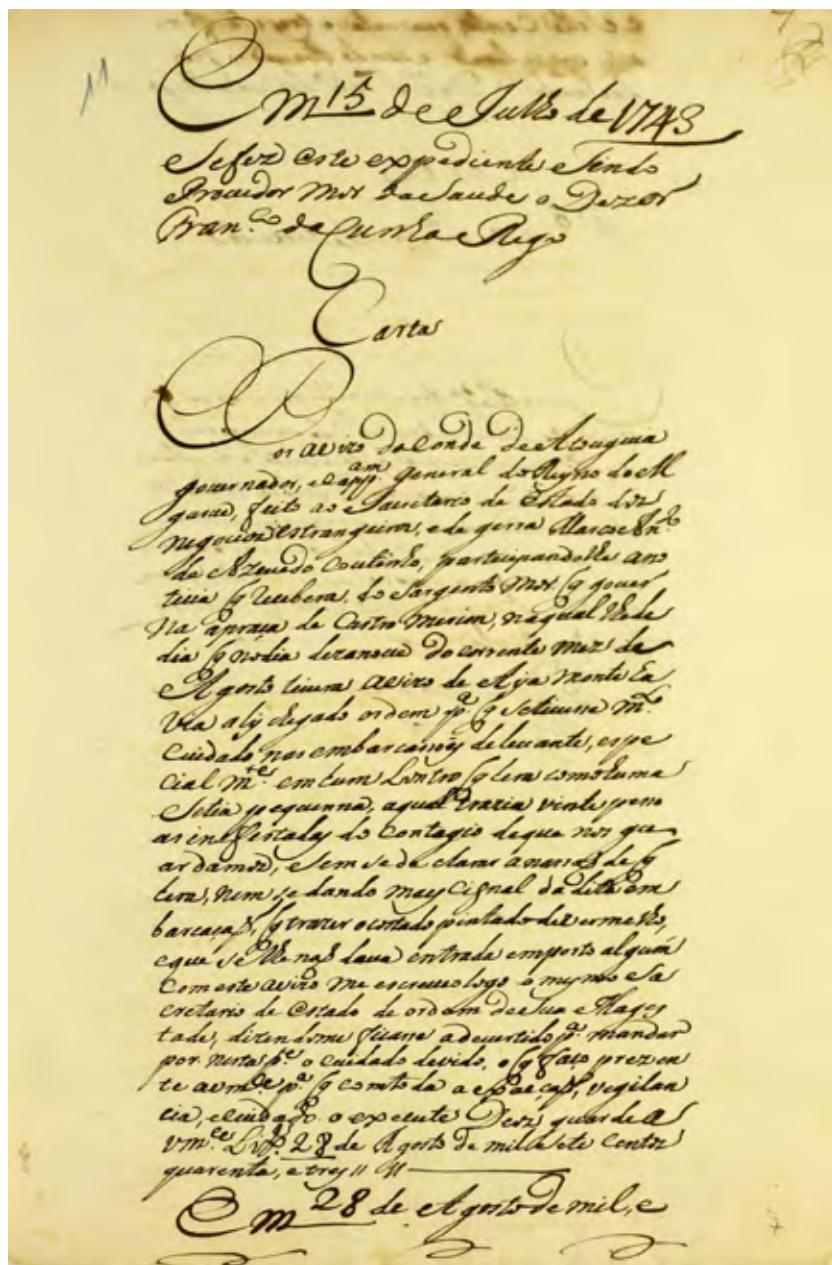
> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/001

Título: Atas da Comissão de Saneamento da Capital

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/008/01/002
[Registo de uma carta sobre a peste em um navio do Levante]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/008

> Título

Correspondência da Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino

> Data(s)

1735-1816

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 3 livros, 2 pastas

Suporte: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino. 1526-?

> História administrativa/biográfica

Desde finais do século XV, o rei delegava uma série de competências à Câmara Municipal de Lisboa nas matérias relacionadas com a saúde pública. Em 27 de setembro de 1526 foi criada a figura de provedor-mor da Saúde da Corte e do Reino, a quem competia tratar das questões sanitárias, nomeadamente, a prevenção e combate das epidemias, desde: medidas sanitárias, fiscalização dos portos, abastecimento de alimentos, vigilância da cidade, quarentenas. A partir de 29 de janeiro de 1580, a jurisdição do provedor-mor da Saúde foi alargada e, depois de 4 de agosto de 1688, passou também a incorporar os domínios ultramarinos. Ao longo dos séculos foram sendo criadas diversas instituições de saúde pública, na maioria dos casos, sob alçada da Provedoria-Mor da Saúde, cujo provedor era o vereador do pelouro da Saúde da Câmara Municipal de Lisboa.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1735 e 1816, composta por avisos relativos a contágio de peste em diversos portos e navios estrangeiros, e cartas sobre a quarentena de embarcações. Contém registos de provimentos, nomeações e cartas de propriedade de oficiais da Saúde de diversas comarcas do Reino.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica; Temática; Tipológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português; Francês; Inglês; Italiano

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

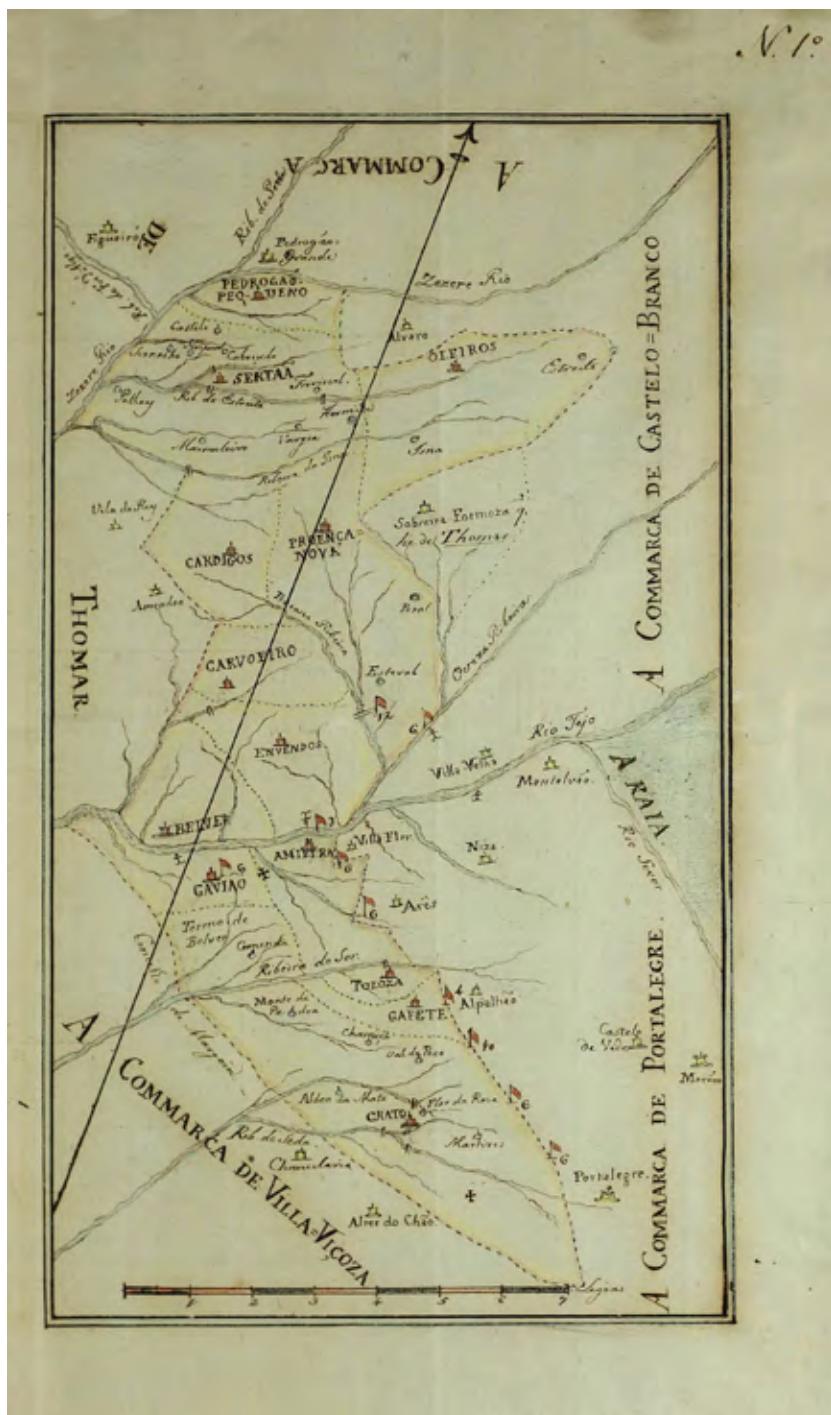
> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 009 – CORRESPONDÊNCIA DAS PROVÍNCIAS DO REINO



PPT/AMLSB/CMLSBAH/PS/009/08/015
[Resposta do corregedor do Crato ao inquérito sobre saúde pública]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/009

> Título

Correspondência das províncias do Reino

> Data(s)

1743-1807

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 8 pastas

Suporte: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1743 e 1807, constituída por correspondência proveniente de diversas províncias e do Reino do Algarve, nomeadamente, relativa às medidas adotadas para evitar a propagação de epidemias, bem como respostas de vários corregedores decorrentes de um inquérito sobre saúde, ordenado pelo presidente do Senado da Câmara de Lisboa.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Geográfica; Numérica; Temática

> Idioma(s) e escrita(s)

Português; Castelhano; Inglês

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 010 – CORRESPONDÊNCIA DA INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA DA CORTE E DO REINO



PT/AMLSB/CMLSB/PS/010/01/015
[Certidão de Saúde]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSB/PS/010

> Título

Correspondência da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino

> Data(s)

1804-1805

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 pasta

Suporte: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino. 1760-1833

> História administrativa/biográfica

A Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino (IGPCR) foi criada por alvará com força de lei, em 25 de julho de 1760, por D. José, com o objetivo de acabar com a criminalidade e assegurar a ordem pública em Lisboa. Para tal, foram atribuídos amplos poderes ao Intendente Geral da Polícia, com o intuito de fazer cumprir toda a legislação anterior e regulamentos vigentes, bem como diversas prerrogativas (cargo vitalício, título de Conselheiro, entre outras), idênticas às que gozavam os Desembargadores. Por alvará de 15 de janeiro de 1780, D. Maria I alargou as prerrogativas da Intendência e, no dia 18 do mesmo mês, nomeou Diogo Inácio de Pina Manique para o cargo. Embora António Manuel Hespanha afirme que Pina Manique parecia querer ter à sua guarda “os mais variados ramos de administração pública”, nas questões relacionadas com a saúde pública do reino, a intervenção do intendente ter-se-á devido, sobretudo, à nomeação régia para deputado da Junta de Inspeção da Saúde da Corte e do Reino, cujos restantes membros saíram também do Conselho de Estado. Por esta razão se encontra documentação da IGPCR nos assuntos relacionados com a saúde pública. A Intendência foi temporariamente extinta em 1823, tendo retomado a sua atividade pouco tempo depois, até à sua dissolução definitiva em 1833.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1804 e 1805, composta por cópias de avisos expedidos pela Intendência Geral da Polícia, dirigidos às comarcas e vilas do reino, versando assuntos diversos, como as medidas que se devem adotar relativamente ao contágio epidémico que grassava no reino de Espanha, Gibraltar e nos Estados Unidos da América. Os avisos são assinados pelo Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino, Diogo Inácio de Pina Manique. Contém, ainda, documentação diversa enviada pela Intendência Geral, relacionada com a saúde, dirigida ao presidente da Câmara de Lisboa.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica; Temática

> Idioma(s) e escrita(s)

Português; Francês

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Intendência Geral da Polícia

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4205425>

> Fontes e bibliografia

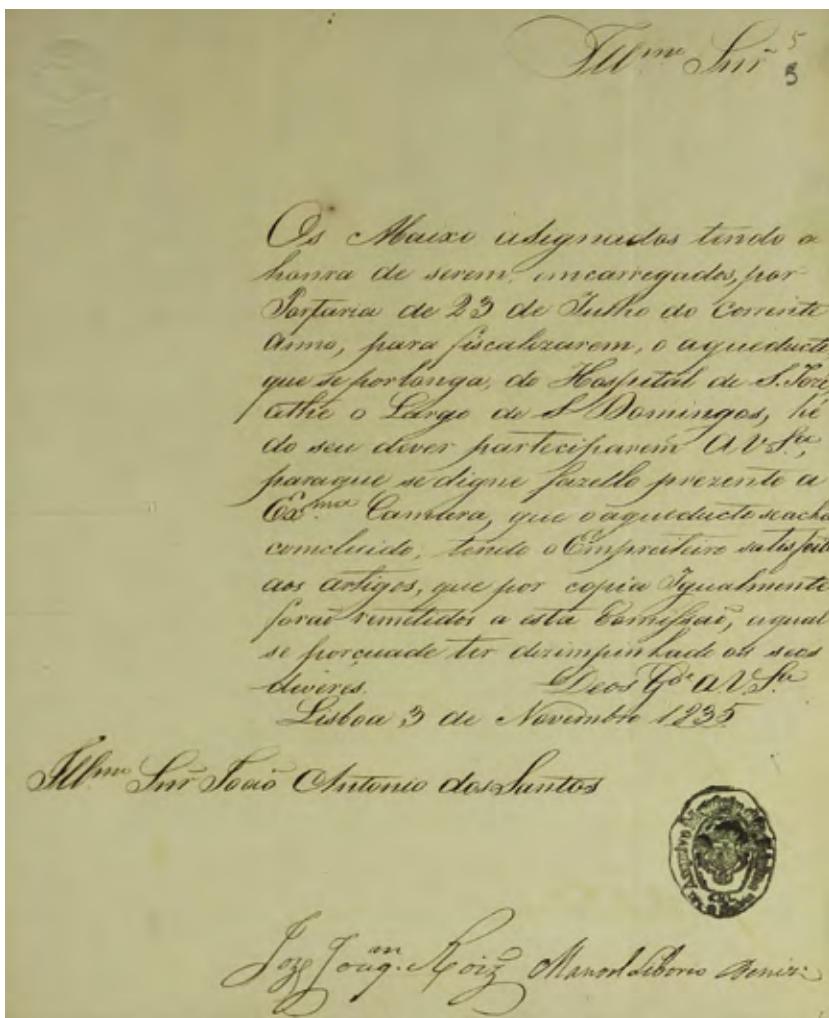
ALMEIDA, Fortunato de – Organização político-administrativa portuguesa dos séculos XVII e XVIII. In HESPAÑHA, António Manuel – *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1984.

DECRETO de 21 de outubro de 1804. In *Legislação Régia, Livro 1802-1810* [Em linha]. Disponível em WWW: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p313>

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 011 – CORRESPONDÊNCIA DOS HOSPITAIS DA CIDADE



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/011/01/0005
[Ofício sobre a fiscalização das obras no aqueduto]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/011

> Título

Correspondência dos hospitais da cidade

> Data(s)

1834-1864

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 caixa

Supporto: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1834 e 1864, constituída por correspondência recebida e expedida por diversas instituições relacionadas, direta ou indiretamente, com a saúde pública da cidade de Lisboa, como: Hospital Real de São José, Hospital de São Lázaro, Casa Pia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Conselho Geral de Beneficência, Asilo de Mendicidade, entre outros estabelecimentos pios.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Temática

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

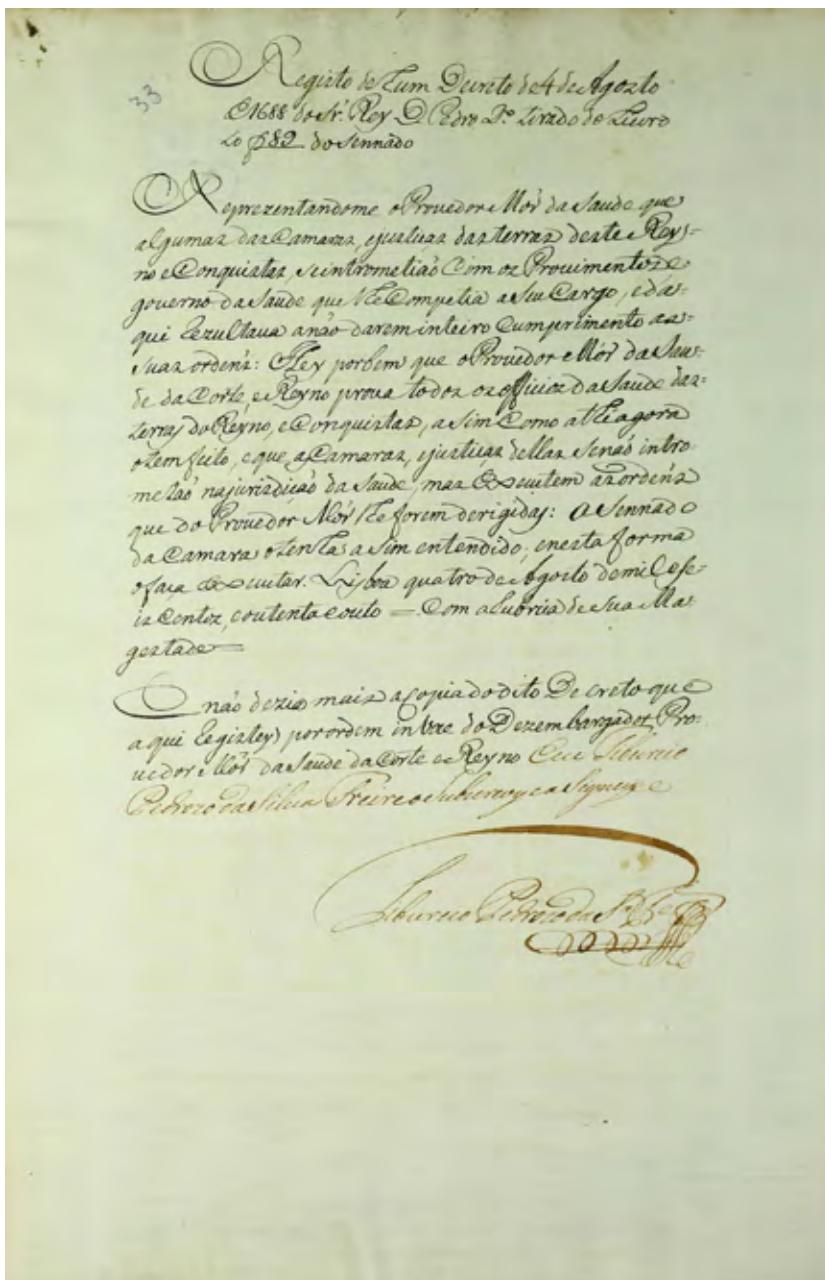
> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 012 – DECRETOS, CONSULTAS, ALVARÁS E ORDENS



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/012/02/0025
[Registo de um decreto sobre intromissões nos assuntos da saúde]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSB/PS/012

> Título

Decretos, consultas, alvarás e ordens

> Data[s]

1658-1806

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros

Suporte: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1658 e 1806, composta por alvarás, avisos, consultas, decretos, portarias, ordens, regimento da Saúde e cartas de propriedade dos oficiais da Saúde. Contém também documentação diversa, relacionada com os oficiais da Saúde de várias comarcas do reino e com outras instituições, nomeadamente: a Intendência Geral da Polícia, o Lazareto da Trafaria, a Casa do Corpo Santo, a Companhia da Mercearia e a Casa de São Sebastião.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Temática; Tipológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 013 – RECEITA E DESPESA DA CASA DA SAÚDE

PPT/AMLSB/CMLSBAH/PS/013/02/0001
[Abertura do livro e índice]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSB/PS/013

> Título

Receita e despesa da Casa da Saúde

> Data(s)

1598-1610

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 4 livros

Suporte: Papel (comum); Pergaminho

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Casa da Saúde. 1520-?

> História administrativa/biográfica

A Casa da Saúde de Lisboa foi criada, com caráter permanente, em 23 de julho de 1520, por D. Manuel I, onde já funcionava, ocasionalmente (em tempos de peste), junto da ponte de Alcântara. Sob alçada do provedor-mor da Saúde da Corte e do Reino, ao longo dos séculos, i.e., até finais do século XIX, foi sofrendo algumas remodelações e ampliações, nomeadamente: a mudança dos locais de instalação; a ocupação de uma quinta em Campolide, para albergar doentes (1597); a utilização de umas casas na rua Formosa, para instalação dos oficiais da Saúde no tempo da peste (antes de 1604); a construção de uma casa no sítio de Pedrouços, para despacho dos oficiais da Saúde (1756); a constituição da Casa do Despacho da Casa da Saúde (1805); a passagem do registo de receita e despesa para a Casa de São Sebastião. As suas competências eram bastante alargadas, designadamente: contribuição para atualizar regimentos da Saúde; acolhimento dos feridos de peste ou de outras epidemias, no seu hospital ou na, então, chamada Casa dos Doentes, existente desde, pelo menos, 1485; quarentenas de embarcações e suas cargas; gestão dos cemitérios e cabeças da Saúde; entre outras atribuições.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1598 e 1610, composta por livros contendo registos de receita e despesa da Casa da Saúde.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

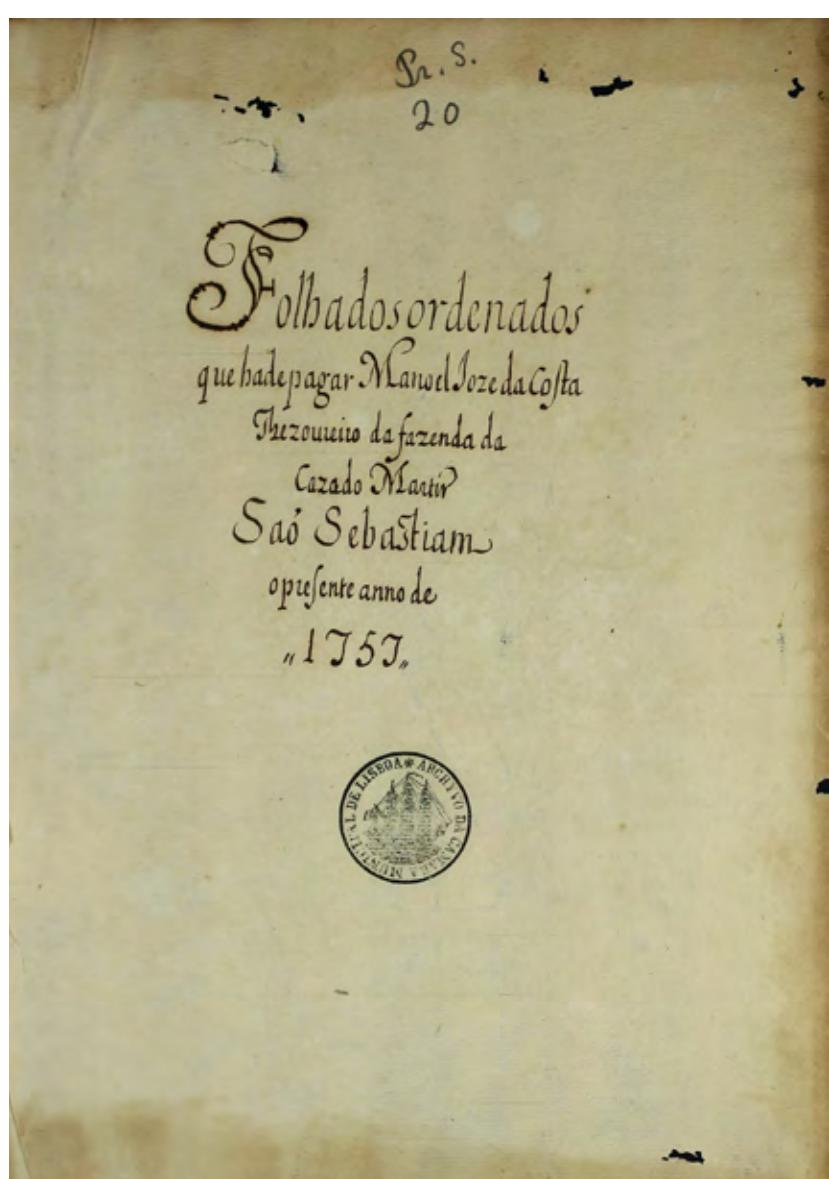
> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBH/PS/014

Título: Receita e despesa da Casa do Mártil São Sebastião

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/014/03
Livro de ordenados da Casa do Mártir São Sebastião

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/014

> Título

Receita e despesa da Casa do Mártir São Sebastião

> Data(s)

1743-1780

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 4 livros

Suporte: Papel (comum); Pergaminho

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Casa do Mártir São Sebastião. Fl. 1565-1604

> História administrativa/biográfica

Embora não se tenha conseguido apurar a data exata da fundação da Casa do Mártir São Sebastião, ela terá sido fundada bem antes de 18 de abril de 1565, data em que o Cardeal D. Henrique reduziu o número de provedores da Saúde, existentes na Casa da Saúde, de três para um. No final do mesmo século, o rei estabelecia a obrigatoriedade de o vereador do Pelouro da Saúde se deslocar à referida Casa da Saúde, todos os dias, à exceção dos dias em que reunia o Senado, para se juntar com os provedores, oficiais e outros ministros da Saúde, para tratar dos assuntos relacionados com a prevenção e conservação da saúde na cidade. Em 6 de maio de 1693, a Câmara Municipal de Lisboa solicitou ao rei que a parte das condenações registadas na Casa da Saúde passassem a ser efetuadas pelo tesoureiro da Casa do Mártir São Sebastião, embora em 1604, os registos de receita e despesa da Casa da Saúde fossem já efetuados pelo tesoureiro de São Sebastião.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1743 e 1780, composta por livros de registo de receita, despesa e ordenados da Casa do Mártir São Sebastião, bem como de condenações e esmolas a favor da referida Casa.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Temática

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

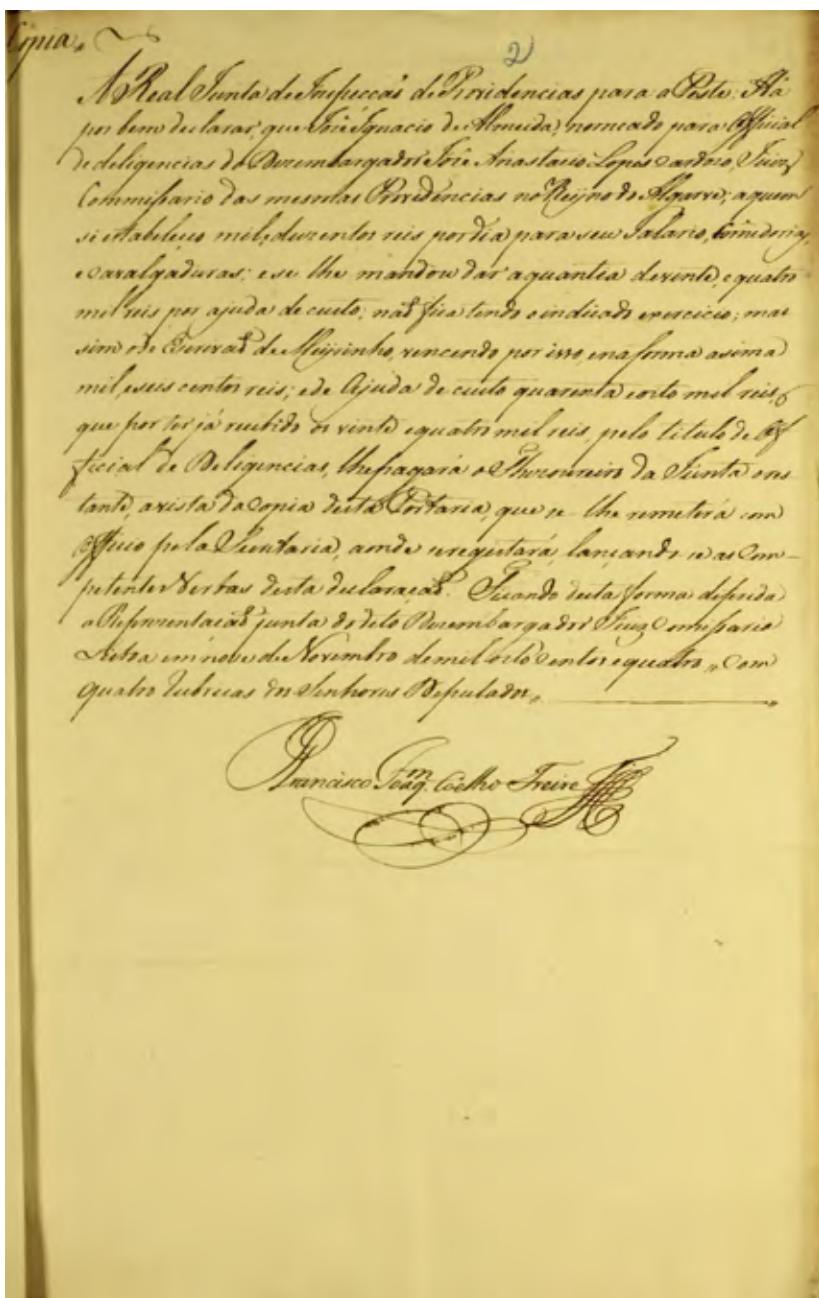
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/013

Título: Receita e despesa da Casa da Saúde

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

SR 015 – DESPESA DA JUNTA DE INSPEÇÃO DE PROVIDÊNCIAS CONTRA A PESTE



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/015/01/0001
[Informação sobre pagamentos a oficiais da Junta de Inspeção da Saúde]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/015

> Título

Despesa da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste

> Data(s)

1804-1807

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro

Suporte: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste. 1804-[1807]

> História administrativa/biográfica

A Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste foi criada por Decreto de D. João VI, de 21 de outubro de 1804, para tomar providências a fim de evitar a propagação da peste que grassava em Espanha e que já havia afetado algumas províncias portuguesas. O mesmo diploma estabelecia que a referida instituição se juntasse na Casa do Despacho do Senado da Câmara de Lisboa, às 3h da tarde. Para que as medidas preventivas fossem executadas com brevidade, o príncipe regente conferiu-lhe amplos poderes, autorizando-a a obrigar os generais e magistrados de todas as províncias a executarem as ordens por ela emanadas. Todas as Secretarias de Estado e Repartições ficaram também sujeitas a transmitir as informações relacionadas com o possível contágio. Para deputados da Junta de Inspeção foram nomeados, pelo mesmo decreto: o Marquês de Pombal (do Conselho de Estado) e Presidente do Senado da Câmara; o Marquês Regedor (do Conselho de Estado); o general de Infantaria Marquês de Sabugosa (do Conselho de Estado e do da Guerra); Pedro de Mendonça e Moura (do Conselho de Estado, do Almirantado e Vice-Almirante da Armada Real); Diogo Inácio de Pina Manique (do Conselho de Estado, Desembargador do Paço e Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino). A nomeação do secretário e demais oficiais ficou a cargo da referida Junta, que poderia escolher os que julgasse mais capazes, de qualquer Tribunal ou Repartição.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1804 e 1807, relativa a despesas efetuadas pela Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste, nomeadamente: relações de despesas, recibos, petições a solicitar pagamentos, pagamentos a oficiais da Junta de Inspeção e a religiosos da Ordem de São João de Deus, entre outras.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Temática; Tipológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/006

Título: Correspondência da Junta de Inspeção de Providências Contra a Peste

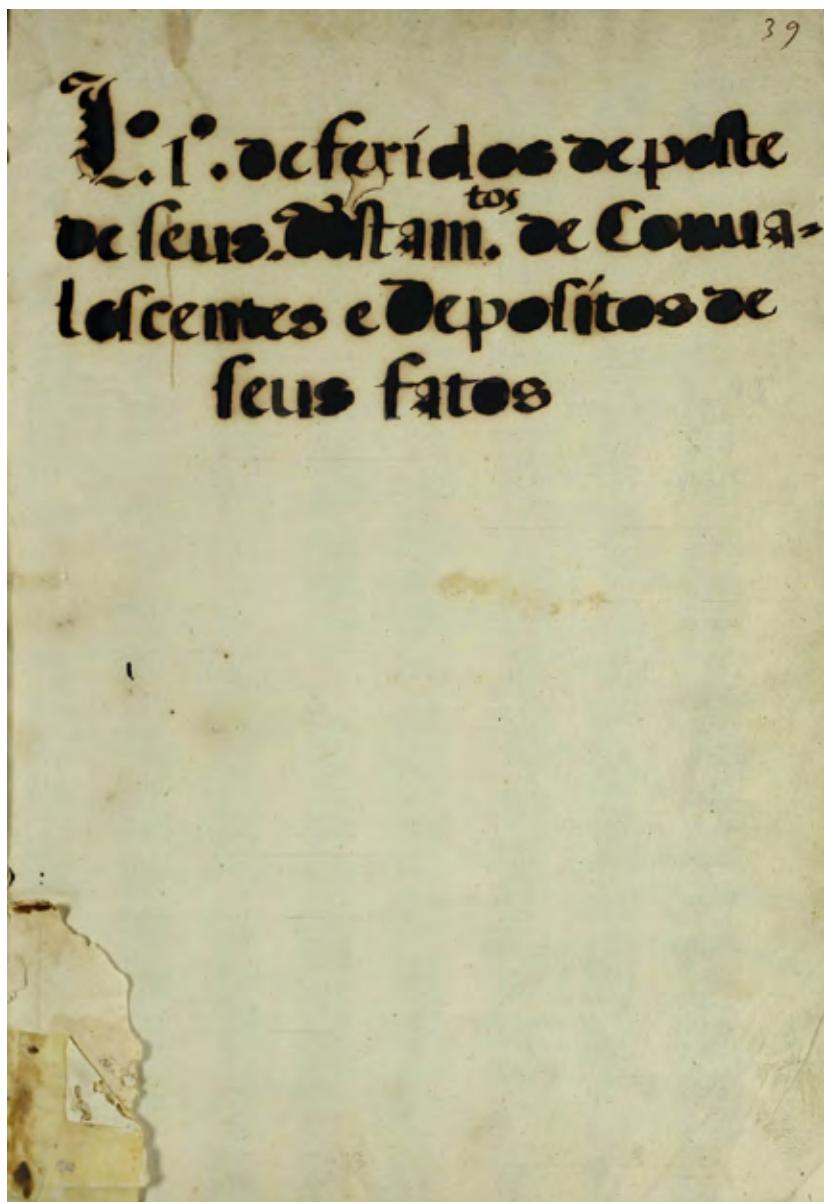
> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Junta de Saúde Pública

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222586>

> **Notas**

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/016/01
Livro 1.º de registo de feridos de peste

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/016

> Título

Registo de feridos de peste

> Data(s)

1599-1603

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro

Suporte: Papel (comum); Pergaminho

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1599 e 1603, constituída pelo registo de feridos de peste que entraram na Casa da Saúde. Contém, ainda, termos de vistoria à referida Casa, testamentos, entre outros documentos.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica; Tipológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

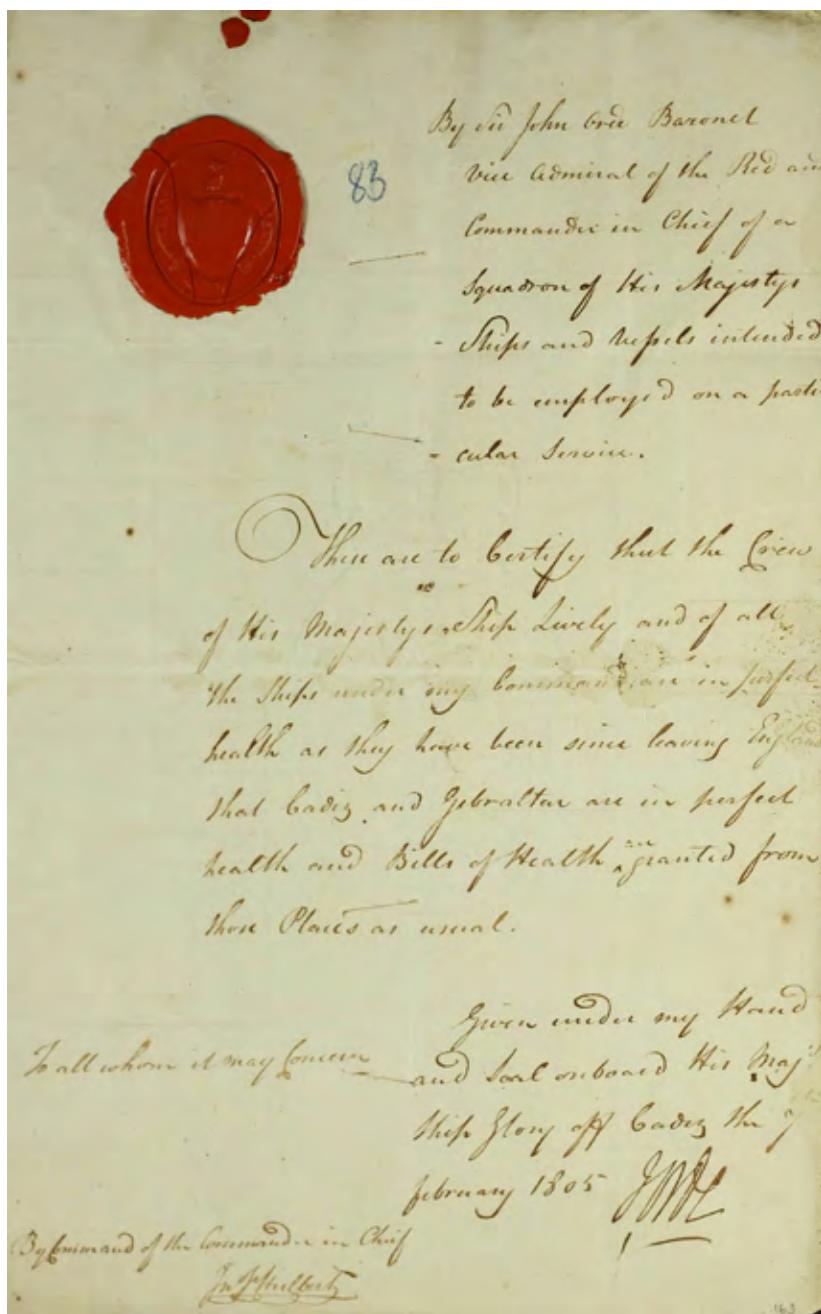
> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

SR 017 – PARTICIPAÇÕES DE CÔNSULES ESTRANGEIROS



PT/AMLSB/CMLSB/PS/017/01/024
[Carta a remeter uma certidão de saúde]

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSB/PS/017

> Título

Participações de cônsules estrangeiros

> Data(s)

1800-1805

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 pasta

Suporte: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1800 e 1805, relativa, maioritariamente, a participações de cônsules estrangeiros sobre a quarentena de embarcações.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português; Castelhano; Francês; Inglês; Italiano

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).

SR 018 – TERMOS DE ENTRADAS DE NAVIOS

1. *Porto*
Em 9 de Setembro de 1778
Chegou o navio *Caravela* de
vindo de Lisboa com 300 passageiros
e 1200 peças de mercadorias
e 1000 sacas de café
que havia saído de Lisboa em 10 de Agosto

2. *Sucessivamente*
Neste dia saiu o navio
do Porto com 300 passageiros
e 1200 peças de mercadorias
e 1000 sacas de café

3. *Sucessivamente*
Neste dia saiu o navio
do Porto com 300 passageiros
e 1200 peças de mercadorias
e 1000 sacas de café

4. *Sucessivamente*
Em 9 de Setembro de 1778
Chegou o navio *Peruano* de
vindo de Lisboa com 300 passageiros
e 1200 peças de mercadorias

5. *Dimanarque*
Neste dia saiu o navio *Maltepe*
do Porto com 300 passageiros
e 1200 peças de mercadorias
e 1000 sacas de café

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/018/01
Livro de termos de entradas de navios na Casa da Saúde de Setúbal

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/018

> Título

Termos de entradas de navios

> Data(s)

1774-1778

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro

Supporto: Papel (comum)

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Casa da Saúde da Vila de Setúbal. Fl. 1700-1897

> História administrativa/biográfica

A bandeira da saúde de Setúbal estava arvorada no sítio do Penedo, a partir do qual se efetuavam as visitas sanitárias aos diferentes lugares da sua jurisdição e às embarcações entradas no porto. Em períodos de peste houve outros locais onde os infetados eram examinados, recolhidos e tratados, como nas casas da Ermida de São Brás, em Santiago do Cacém. Desde 1601, as verbas para o tratamento dos doentes, provinham do imposto sobre o vinho e a carne, inteiramente destinado para o efeito. A partir do início do século XVII passou para o cais de Setúbal, suscitando contestação dos povos que reivindicavam o regresso da bandeira para o local anterior ou para a Pedra Furada (Baía de Setúbal). Em 1663, através de um ofício do marquês de Marialva, dirigido à Câmara da Vila de Setúbal, ordenava-se a construção da Casa da Saúde da Vila de Setúbal tendo sido concluída em 1700 [viria a ser demolida em 25 de maio de 1737]. A partir de 1720, os oficiais da Saúde passaram a assistir às embarcações na Torre de Outão (Forte de Santiago do Outão). Enquanto se construía um novo edifício para a Casa da Saúde, o provedor-mor da Saúde ordenou aos oficiais que exercessem as suas funções na Fortaleza de Albarquel. O novo edifício da Casa da Saúde foi concluído em 1758, no sítio do Penedo. A Casa da Saúde da Vila de Setúbal estava subordinada à Provedoria-Mor da Saúde da Corte e do Reino. A documentação existente no Arquivo Municipal de Lisboa foi produzida entre 1721 e 1825.

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1774 e 1778, composta por registos de entrada de navios na Casa da Saúde de Setúbal. Os registos contêm a data de entrada, nacionalidade e denominação dos navios.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em razoável estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Arquivo Distrital de Setúbal: Casa da Saúde (Administração e Política)

Internet: <https://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1398685>

Título: Arquivo Distrital de Setúbal: Casa da Saúde (Saúde e Assistência)

Internet: <https://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1331252>

> **Notas**

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

SR 019 – LIVROS CÓPIA



PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/019/01
Cópia do Livro 1º do provimento da saúde

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/019

> Título

Livros cópia

> Data(s)

1484-1725

> Nível de descrição

Série

> Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros

Suporte: Papel (comum)

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1484 e 1725, composta por livros trasladados dos livros 1.º e 2.º do Provimento da Saúde. As cópias foram elaboradas no século XVIII, por ordem do Senado da Câmara de Lisboa, com licença de D. João V, datada de 10 de julho de 1716, com o objetivo de passar a letra moderna os diversos documentos relacionados com a saúde pública do Reino.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica; Temática

> Idioma(s) e escrita(s)

Português; Latim

> Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/003

Título: Correspondência sobre a saúde pública

> Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de documento).



arquivo municipal de lisboa